



Amazônia: desafios de uma civilização tropical no século XXI



A idealização do território é provavelmente um dos temas mais caros ao romantismo, ao longo de todo o século XIX. O Brasil, jovem Nação que então emergia para a história, não poderia ser exceção. Assim como os Estados Unidos da América projetaram sobre o *far west* as esperanças de construção de uma sociedade nova e sem igual – rica, empreendedora, desafiadora – o Império brasileiro começou a construir sua imagem de pujança natural, mistério e desafio civilizatório a partir das primeiras expedições científicas que aportaram em nosso país tão logo este se fez independente.

Mais do que um Imperador culto, mecenas das artes e das ciências, movia o interesse sobre a Amazônia a possibilidade de se descobrir formas de vida insuspeitadas, testemunhas vivas da generosidade infinita da criação. De fato, aquele país que a Europa antevira através do traçado da paisagem do “Brasil holandês”¹ e de Debret aprofunda-se a partir de meados do século XIX com a expedição de Spix e Martius, a expedição Langsdorff e tantas outras que nos deixaram o testemunho do olhar deslumbrado do ocidente culto sobre a América intocada e desafiadora.

A primeira elaboração romântica nacional sobre a Amazônia foi incitada pelo próprio Imperador, ao propor ao Instituto Histórico e Geográfico o desenvolvimento de estudos que

respondessem às seguintes questões: “Se existiram Amazonas no Brasil? Se existiram, quais os testemunhos de sua existência; quais seus costumes, usanças e crenças? Se se assemelhavam ou indicavam originarem-se das Amazonas de Scythia e Líbia, e quais os motivos do seu rápido desaparecimento? Se não existiram, que motivo tiveram Orellana e Cristovão da Cunha, seu fiador, para nos asseverarem a sua existência?” E coube justamente a Antônio Gonçalves Dias, um de nossos mais importantes poetas românticos, desincumbir-se da tarefa².

De lá para cá, essa mitologia sempre encontrou eco entre brasileiros e estrangeiros – e continuará encontrando, de vez que o desconhecido tão bem se presta à imaginação – mas, ao mesmo tempo, tem servido de forte estímulo à indagação científica e à apropriação racional desse que, sem dúvida, é um dos mais expressivos patrimônios da humanidade.

Hoje, quando vislumbramos a Amazônia, é a contribuição que ela possa dar à humanidade enquanto espaço singular, habitat de um sem número de espécies naturais, que move nossas indagações e mobiliza nossas energias. Já não são poucos os documentos que circulam nas esferas públicas e que sugerem uma vasta gama de opções estratégicas para se viabilizar na Amazônia uma “civilização brasileira florestal” com o objetivo de preservar a quase totalidade deste bioma e desenvolver as atividades econômicas capazes de promover a elevação do padrão de vida da população da região. No extremo oposto, é grande o alarmismo fomentado pela divulgação de projeções sobre a “destruição” da Amazônia se mantidos os níveis de desflorestamento, associados à extração de madeira e produção agropecuária, ou simplesmente os incêndios florestais decorrentes de práticas agrícolas inadequadas, ou, ainda, o que

grandes projetos de infra-estrutura permitem antever.

A aparente utopia da “civilização florestal” – afinal nenhum país industrializado logrou este tento até os dias correntes – tem o sentido maior de desafio a que se construa formas originais de gestão dos recursos naturais da floresta, tornando-as perenes ao mesmo tempo que propiciadoras do bem estar da população. Portanto – pelo que encerra de esperanças e possibilidades – a defesa do bioma amazônico constitui um interesse nacional específico, permanente, com potencial de produzir valores para a sociedade muito maiores do que os valores porventura decorrentes da supressão da floresta para o uso da madeira e da terra.

Área de contrastes reais e imaginados, a Amazônia deve ser encarada como ecologicamente orientada pela recriação das formas de produção que tomam os recursos naturais como o diferencial que maior valor agrega ao desenvolvimento regional. Assim, ela deixaria de ser uma região “de fronteira” para, através da valorização dos seus recursos naturais, viabilizar um modelo de desenvolvimento endógeno, único no mundo, com o uso de tecnologias adequadas ao seu manejo, particularmente da água, do solo e da vegetação. Esse modelo singular seria o parâmetro orientador para todas as oportunidades de investimentos que lá venham a ser identificadas.

Vê-se, portanto, que também no início do século XXI encontra-se o país dotado de uma nova utopia para a Amazônia: a utopia da civilização florestal apoiada nas mais avançadas tecnologias disponíveis. Ao contrário porém da utopia romântica, a nova “utopia”

vale pelos compromissos transformadores que é capaz de engendrar a partir dos esforços dos brasileiros e da comunidade internacional. A exploração da região já não pode ser uma empreitada isolada, seja de interesses comerciais voltados para ganhos imediatos, ou mesmo de cientistas, dobrados sobre sua imensa riqueza sem compromissos com as populações locais ou com o significado de suas descobertas para o país como um todo. A Amazônia do futuro será de todos os brasileiros e a consciência que hoje se forma em

torno dela corresponde à apropriação racional, madura, dessa porção do território que antes mais se prestava às fantasias românticas.

Para nós, brasileiros, o desafio de se elevar a qualidade de vida dos vinte milhões de amazônidas sem comprometer a identidade da região e a diversidade social, cultural, ambiental e biológica que a caracterizam é a diretriz maior de quantos planos e projetos de desenvol-

vimento venham a estar orientados para o seu território. O que a região pode melhor oferecer à humanidade são serviços ambientais e conhecimento dos processos de convivência e evolução das espécies; alguns já pesquisados, outros imaginados, a maioria desconhecidos.

Preservar e fomentar esta possibilidade de avanço científico é uma responsabilidade, em primeiro lugar, do Estado brasileiro e, subsidiariamente, de toda a comunidade internacional voltada para a construção de novos patamares de interação sustentável com a natureza em escala planetária. Não há outro caminho a seguir: é preciso um compromisso universal, amplo, com o caráter inovador de desenvolvimento que a Amazônia permite vislumbrar,

A Amazônia do futuro será de todos os brasileiros e a consciência que hoje se forma em torno dela corresponde à apropriação racional, madura, dessa porção do território que antes mais se prestava às fantasias românticas.



desde que a curiosidade científica se debruçou sobre o seu território, a partir do século XIX. Afinal é na Amazônia que se joga, como é cada vez mais reconhecido, boa parcela da sorte da humanidade como um todo.

Felizmente, já superou o país aquela fase do planejamento regionalizado, no qual se dividia pelo espaço parcelas do orçamento público alocando-os em estratégias de crescimento que – esperava-se – atingiria as metas inicialmente projetadas. Hoje, no plano que persegue a articulação territorial das diversas iniciativas públicas e privadas, governamentais ou não governamentais, catalogadas sob a ótica do desenvolvimento social, econômico, ambiental e de informação e conhecimento, respeitando-se as especificidades locais e tendo como pano de fundo uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, o panorama que se descortina é bem mais integrado, mais cheio de determinações recíprocas, de sorte que se dispõe do vasto acervo de conhecimento que se acumulou no processo de elaboração tanto da Agenda 21 Brasileira quanto dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Em outras palavras, o tecido social e econômico que vai se desenhando em torno de diretrizes como as estabelecidas na Agenda 21, ou dos Eixos, fazem da Amazônia não uma região a se “resgatar” mas, antes, um espaço de planejamento a se integrar mais e mais às dinâmicas nacional e internacional, alimentando-as e delas se nutrindo também.

Cada vez menos, numa sociedade globalizada, os “espaços” não poderão ser fechados sobre si mesmos. Cada vez mais a sinergia entre eles determinará a dinâmica que move os países e as regiões espacialmente mais próximas ou economicamente mais integradas. Por essa razão, os investimentos já não são “regionalizados” no sentido clássico. Tomemos, por exemplo, a “marca Amazônia”. O seu desenvolvimento exige que seja amplamente

aceita no mercado mundial, pois através dela se legitima um acréscimo de valor aos produtos que corresponda ao “custo ambiental” para produzi-los, isto é, um diferencial que possa ser garantia do desenvolvimento regional sustentável.

Evidentemente esta experiência que se vislumbra exige que nos debrucemos de várias maneiras novas sobre a Amazônia. Uma delas, na área de “informação e conhecimento” - dimensão reconhecidamente contemporânea do desenvolvimento, onde a construção do padrão que a Amazônia requer se alicerça – passa-se necessariamente pelo acesso universal da população local à informação e aos conteúdos do conhecimento que dizem respeito às suas vidas, trabalho e fruição cultural enquanto formas de inclusão e organização social para o pleno exercício da cidadania. Recursos públicos já disponibilizados para essa finalidade – como os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – precisam ser desenvolvidos e incrementados de forma a provocar no menor tempo possível o maior impacto esperado. Essa dimensão estratégica da informação e do conhecimento abriga, ainda, programas de capacitação profissional e técnica para atividades organizadas na forma de arranjos produtivos locais (sustentáveis e competitivos) ou para atender políticas públicas específicas, de desenvolvimento social ou meio ambiente.

Complementarmente, há que se investir em pesquisa e desenvolvimento de caráter inovador, porém voltada para arranjos produtivos já existentes, como a Zona Franca de Manaus, ou para novas atividades que possam potencializar as vantagens competitivas do ambiente local e seu repertório de informações ecológicas e biológicas. Esse é um enorme desafio para a sociedade científica brasileira e, particularmente, para as poucas centenas de doutores que vivem na região, fato que constitui uma

fragilidade notável para o desenvolvimento regional. A atratividade moderna da “Amazônia”, como vimos, remonta ao século XIX. No entanto, a fixação dos talentos a ele vocacionados, a interação do conhecimento produzido com a população autóctone, o desenvolvimento científico local – tudo isso constitui itens da pauta do modelo de desenvolvimento sustentável regional que o Estado brasileiro deve perseguir com afinco nos tempos presentes.

A busca da harmonia com a ecologia amazônica impõe a necessidade de inovação também para os projetos de infra-estrutura econômica, ou seja, transporte, energia e comunicações, que devem ser concebidos como sistemas adaptados ao ambiente e ao contexto de uma Amazônia subcontinental, internacionalmente integrada. Essa ótica ilumina a integração internacional não só como indutora de fluxos comerciais, mas também de fluxos de informação e conhecimento (redes de comunicações) e de melhores alternativas de investimento na exploração de recursos naturais e na infraestrutura. O aproveitamento hidrelétrico mais racional de Guri, na Venezuela, e a exportação de energia através de linhas de transmissão para o Estado de Roraima, no Brasil, formam um conjunto exemplar dessa busca de ecoeficiência subcontinental nos investimentos de infra-estrutura. Outro digno de registro é proposta de interligação rodoviária entre os estados de Roraima e Amapá, no extremo norte do subcontinente, através de um arco, que se inicia em Boa Vista e termina em Macapá, e passa, no sentido horário, por Georgetown, Panamaribo e Cayenne, antes de reingressar ao território brasileiro. Está via já está quase toda pavimentada e é conhecida como “Arco Norte”.

Como sistemas mais adaptáveis ao ambiente amazônico destacam-se as hidrovias, o aproveitamento energético do gás natural de

Urucu e fontes alternativas de energia, mais expressivas e eficientes quando combinadas entre si.

Dos projetos de hidrovias merece menção a Hidrovia do Rio Madeira, iniciativa público-privada, que ao inverter a lógica do fluxo predominante de transporte que atende a região centro-oeste, voltada aos portos da região sudeste, para o Norte, na direção do porto fluvial de Itacoatiara, às margens do Rio Amazonas, proporcionou uma redução no custo de transporte de grãos da ordem de 30 dólares por tonelada.

Na abordagem da questão ambiental, a inovação que se busca passa pela abordagem conceitualmente mais ampla que não se restringe a ações mitigadoras, normalmente decorrentes de projetos de infra-estrutura, mas que trata o meio ambiente como gerador de oportunidades de emprego e renda.

Nas áreas florestadas, por exemplo, isso implica em exploração do turismo sob as mais diversas formas (turismo ecológico, pesca esportiva, turismo de aventura, observação de pássaros, etc- modalidades contempladas no PROECOTUR) ou em atividades de manejo de baixo impacto, de produtos madeireiros ou não-madeireiros. Nesse contexto, há necessidade de se incentivar comercialmente atividades sustentáveis, tanto através de iniciativas da sociedade (associações de compradores de produtos certificados, por exemplo), como pelo uso do poder público, incluindo-se dispositivos de iniciativas ou acordos internacionais (*fair trade*).

Nas áreas degradadas da região, que equivalem à superfície da França, isso significa acreditar no desenvolvimento social, ambiental e econômico proporcionado por investimentos em sistemas agroflorestais, basicamente de caráter familiar e comunitário, e por uma busca de maior produtividade no uso do solo, através de técnicas de manejo de pastos e capoeiras

(vegetação secundária). Aqui bem caberiam incentivos internacionais na forma de créditos de redução de emissão (CER), de que trata o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) do Protocolo de Quioto.

O padrão inovador também deve estar presente na construção de um arcabouço político-institucional consistente, a começar pela estrutura de suporte para a Lei de Crimes Ambientais. Ressalte-se também os avanços introduzidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), dentre os quais se destacam os conceitos de corredores ecológicos e de reservas da biosfera, além do compromisso governamental de se elevar o percentual de unidades de conservação para 10% do território nacional. Mas há avanços significativos ainda na realização da meta constitucional de se demarcar os cerca de 90 milhões de hectares de terras indígenas, quando se verifica que estamos muito próximos de concluir esse processo de que trata o Artigo 67 das suas disposições transitórias.

Na questão do acesso aos recursos genéticos há diversas proposições em tramitação no Congresso, sendo importante ressaltar os debates em torno da repartição dos benefícios da biodiversidade, em especial, como remunerar o conhecimento das populações tradicionais. De

qualquer forma, embora não haja uma instância normativa e deliberativa instalada para cuidar dessa questão, já se vislumbram os caminhos a percorrer.

De maneira geral, pode-se dizer que desde a **Rio 92** deu-se um salto de qualidade na consciência nacional e internacional sobre a Amazônia. Nos últimos dez anos, os brasileiros e quantos vislumbram a Amazônia como portadora de perspectivas generosas para o futuro da humanidade, souberam se debruçar sobre uma utopia originalmente novecentista e transformá-la num grande objetivo nacional e internacional nos marcos do desenvolvimento sustentável. Este conceito, tão essencial para a civilização que se esboça para o século XXI, ou se firma e se alastra a partir de perspectivas concretas engendradas no espaço amazônico ou não passará de frase vazia, desprovida de significado social. Assim, a metáfora de uma “civilização brasileira florestal” resume o rumo que, entre nós, devem ter todas as ações e esforços visando a exploração e integração do espaço amazônico em benefício do conjunto da nacionalidade e da humanidade. Esta a mensagem que, com o exemplo prático, os brasileiros quererão levar a Joanesburgo, na chamada “Rio + 10”.

Carlos Alberto Dória

Gerente de Estudos dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Pedro Neto - Consulteur

Ronaldo Luiz - Consulteur

- 1 A respeito da importância dessa experiência colonizadora para o conhecimento científico do Brasil ver Dante Martins Teixeira, *O mito da Natureza Intocada: as aves do Brasil holandês (1624-1654) como exemplo para a história recente da fauna do novo mundo*, Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- 2 Ver Antonio Gonçalves Dias, “Amazonas. Memória escrita em desenvolvimento do programa dado por S. M. I. ao sócio...”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XVIII, 1855 (terceira série), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896.